

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Lilian Forasteiro Dias¹
Paulo Márcio de Assis Jacinto²
Rogério dos Santos Morais³
Robson Paz Vieira⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar como se aborda, nas escolas profissionalizantes, a Educação Empreendedora na perspectiva de educação integrada com a comunidade. Buscou-se em diferentes estudos sobre os conceitos, definições e compreensões do tema. Trata-se exclusivamente de uma pesquisa bibliográfica. Os resultados referem-se às discussões sobre os conceitos de Educação Empreendedora, Educação Profissional, práticas docentes e princípios da Educação Empreendedora e integrada, habilidades necessárias dos empreendedores. O presente estudo contribuiu na construção de referencial teórico sobre Educação Empreendedora e a Educação Profissional.

Palavras-chave: Educação Empreendedora - Educação Profissional - Integração.

1 INTRODUÇÃO

O professor Fernando Dolabela (2003, p. 130), em seu livro intitulado “Pedagogia Empreendedora” posiciona-se a respeito da Educação Empreendedora afirmando que “a tarefa da educação empreendedora é principalmente fortalecer os valores empreendedores na sociedade. É dar sinalização positiva para a capacidade de inovar, ser autônomo, de buscar a sustentabilidade, de ser protagonista [...]”.

Dolabela (2003) destaca a inovação, a busca de oportunidades e a formação de um cidadão atento às mudanças, envolvendo a sociedade. E partindo deste pressuposto acredita-se que se faz pertinente a pesquisa sobre a integração da escola com a comunidade local e regional através de projetos e programas, vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e o preparo do educando para

¹ Doutoranda em Ciências da Educação, Universidad Nacional de Rosario (UNR), Rosario/Santa Fé, Argentina. *E-mail: lillianforasteiro@hotmail.com*. * Autora.

² Doutorando em Direito Constitucional, Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina. *E-mail: paulomarciojac@gmail.com*.

³ Pós-Doutor em Engenharia de Produção, Universidade Metodista Piracicaba, Rodovia do Açúcar, Piracicaba/SP, Brasil. *E-mail: rogeriosmorais@uol.com.br*.

⁴ Mestre em Ciência e Tecnologia em Saúde, Universidade Mogi das Cruzes (UMC), Mogi das Cruzes/SP, Brasil; e Mestre em Liderança, Universidade de Santo Amaro (UNISA), Santo Amaro/SP, Brasil. *E-mail: robsonp.vir@terra.com.br*.

o exercício da cidadania, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) em seus artigos 1º e 2º.

Conforme Lopes e Teixeira (2010, p. 260):

O conceito de educação empreendedora abrange todos os níveis educacionais, incluindo tanto a concepção mais ampla segundo a qual o ensino promove o desenvolvimento de atitudes e habilidades que não são diretamente relacionadas à criação de novos negócios, quanto uma concepção mais restrita e que focaliza a criação de um negócio.

Sob esse aspecto enfatiza-se a integração da educação empreendedora com a sociedade preparando o educando para atuar como cidadão integrado no meio social em que vive através da inserção de práticas pedagógicas adequadas, pois a educação empreendedora se faz presente e essencial na formação e na aprendizagem como uma forma de criar inovações e contribuir com as mudanças sociais.

Ciavatta (2009) destaca pressupostos necessários para que aconteça uma educação integrada e emancipatória, um projeto social que inclua professores e gestores no processo dialético do ensino-aprendizagem, a teoria e a prática dos conteúdos e a integração entre escola, alunos e sociedade.

Neste estudo analisa-se como se aborda, nas escolas de Ensino Fundamental e Profissionalizante, a Educação Empreendedora na perspectiva de educação integrada com a comunidade, no esforço investigativo de perquirir saberes docentes necessários para desenvolver a educação empreendedora, além de como se dá o processo de formação dos alunos na integração do empreendedorismo e o compromisso social.

Tal estudo se justifica a partir da necessidade de promover a Educação Empreendedora integrada com o compromisso social, por meio do desenvolvimento participativo da comunidade.

A relevância de tal pesquisa se faz necessária sob o ponto de vista de trabalhar nas escolas o espírito empreendedor do aluno com o objetivo de proporcionar a sua formação tornando-o detentor de direitos enquanto cidadão.

Investiga-se a hipótese da escola estar realmente disponibilizando aos educandos uma educação empreendedora de qualidade que os levem a inserção no mercado de trabalho.

O recorte metodológico apresentado nesta investigação está relacionado a leituras sobre a temática, compreendendo como metodologia a pesquisa bibliográfica utilizando o emprego das técnicas descritiva e explicativa, ancoradas em princípios qualitativos de investigação e aos saberes docentes como perspectivas centrais de organização e planejamento de uma Educação Empreendedora voltada para as questões de integração da sociedade com a escola.

A pesquisa adquire firmeza sustentada em leituras sobre a temática abordada numa investigação de natureza mais teórica: pesquisas bibliográficas, estudo de natureza histórica e observações. Fonseca (2002, p.32), explica que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios.

O trabalho de pesquisa para a contextualização de estudos distintos, de autores do passado e contemporâneos, utilizando seus conceitos e interagindo com eles no decorrer do texto.

Dentre as leituras selecionadas, com enfoques específicos a educadores, sociólogos, economistas, administradores e filósofos no campo educacional, trilhamos no contexto teórico onde teve início as discussões referentes à Educação Empreendedora, especificamente, às ideias embasadas na Educação Profissional e o compromisso social, bem como as práticas docentes integradoras. O ponto de partida foi o aprofundamento nas questões do empreendedorismo, a respeito dos saberes que orientam a organização de uma integração que assume intenções emancipatórias na formação do cidadão crítico, como por exemplo: Abrantes (2004), Barreto (1998), Ciavatta (2018), Coles et. al. (2010), Corbucci (2016), Freire (2011), Hisrich (2004), Lük (2003), Lopes e Teixeira (2010), Schumpeter (1988) e Tillman & Comim (2016).

Além do educador e administrador Fernando Dolabela (2003; 2010) em diversas obras, também o economista e educador contemporâneo Marcelo Neri (2014), cujos textos tratam da Educação Empreendedora e da Educação Profissional.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E INTEGRADA

Para Neri (2014, p. 26) “a educação profissional é o conjunto de atividades educativas para formação ou aperfeiçoamento profissional, sendo necessário para o seu desenvolvimento que haja pelo menos um instrutor ou professor responsável pelos alunos”.

De acordo com autor acima citado, trata-se de uma formação próxima do local onde o educando esteja porque pode ser realizada “na escola, empresa ou em qualquer outra organização”, sendo estruturada nos seguimentos da “qualificação profissional, técnico de nível médio e graduação tecnológica”, onde se encontra os três modelos de graduação: a licenciatura, o bacharelado e o tecnológico.

Já o curso de “qualificação profissional” (chamado de curso de formação inicial e continuada ou curso básico) é qualquer curso de formação para o exercício de uma atividade profissional (NERI, 2014). Este tipo de curso institui-se nas escolas ou outras entidades como igrejas, ONG, sindicato e associações.

São oferecidos para diversos níveis de escolaridade ou até mesmo sem qualquer escolarização prévia uma vez que o objetivo é “qualificar o profissional para o trabalho, sem o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade”. Podem-se ter diversas variações de duração, com certificação entregue no seu término.

Conforme Neri (2014) nesta categoria está os cursos de qualificação profissional, como informática, idioma, corte e costura, culinária, massagem terapêutica, secretariado, manicuro, pedicuro, cabeleireiro, garçom, cozinheiro, guia turístico, pedreiro, decoração de bolos, maquiagem, instrumentador cirúrgico e outros.

Já a formação que se realiza em concomitância ou posterior ao Ensino Médio, é o conhecido curso técnico de nível médio. Esse formato de curso tem uma legislação e currículo específicos, além da exigência legal de serem ministrados por estabelecimentos educacionais credenciados pelo poder público para certificar seus educandos com diploma de técnico.

No Brasil as faculdades são bem conhecidas como escolas onde se ministram os cursos de nível superior. E, segundo Neri (2014) eles são curso de graduação tecnológica, com nível universitário e tem como pré-requisito a conclusão do Ensino Médio, com ingresso via processo seletivo.

Destaca-se o foco dos cursos dessa categoria que se concentra numa determinada área profissional, que responde às demandas do mundo do trabalho e do desenvolvimento tecnológico. Cada curso superior possui uma matriz curricular e legislação competentes, além da necessidade de credenciamento junto ao poder público para conferir diploma de tecnólogo a seus formandos.

Outro conceito importante é o referente ao termo Empreendedorismo que para Schumpeter (1988), pode ser considerado como uma verdadeira atividade de “destruição criativa”, pois a partir dela vai se aniquilando as metodologias dos serviços realizados na antiga produção de algo ao mesmo tempo em que novos métodos vão sendo inseridos. Já para Dolabela (2010, p. 68) o empreendedorismo satisfaz uma intenção interna de transformar sonhos em riqueza e realidade por isso dedica-se “intensamente, já que seu trabalho se confunde com prazer”.

A definição anterior pode parecer retirada de convicções romancistas por usar a palavra “sonho” para definir ações ligadas à produção, além disso, os sonhos, num primeiro momento, não possuem forma tangível, porém Barreto (1998, p. 190) é mais radical ao definir que o “empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”.

A proposta de uma prática educacional mais focada em oferecer respostas para anseios objetivos dos estudantes é sempre um fator gerador de incrementos agregadores, pois, além dos ganhos na capacidade de dar respostas sociais práticas ao final do curso geram o aumento real da motivação durante todo o processo formativo pela dinâmica de maior proximidade entre o esforço cognitivo e a sua aplicação na vida.

Neste sentido, um fator que pode contribuir para a motivação dos que se dispõem a ter uma qualificação profissional é a percepção de que o esforço realizado poderá ser absorvido no mercado de trabalho. Mas a obtenção deste objetivo não está adstrita apenas àquele que seleciona que curso realizar, mas também à percepção dos gestores e operadores desse mercado, o que nem sempre é algo presente apesar de se constituir como um componente importante para a composição da empregabilidade do estudante e a sustentabilidade dos cursos. No entanto, Neri (2014, p.22) aponta como sendo um dos desafios enfrentados tanto pelos gestores das políticas públicas de educação como pelos pesquisadores:

Gestores e pesquisadores têm o hábito de basear decisões e sugestões de política pública seguindo a perspectiva de oferta, e não

de procura. O que importa em geral é se há uma ideia relevante de política e se é possível colocá-la em produção. Frequentemente esquece-se de que o derradeiro teste da política pública se dá na sua aceitação, ou não, pela respectiva clientela final.

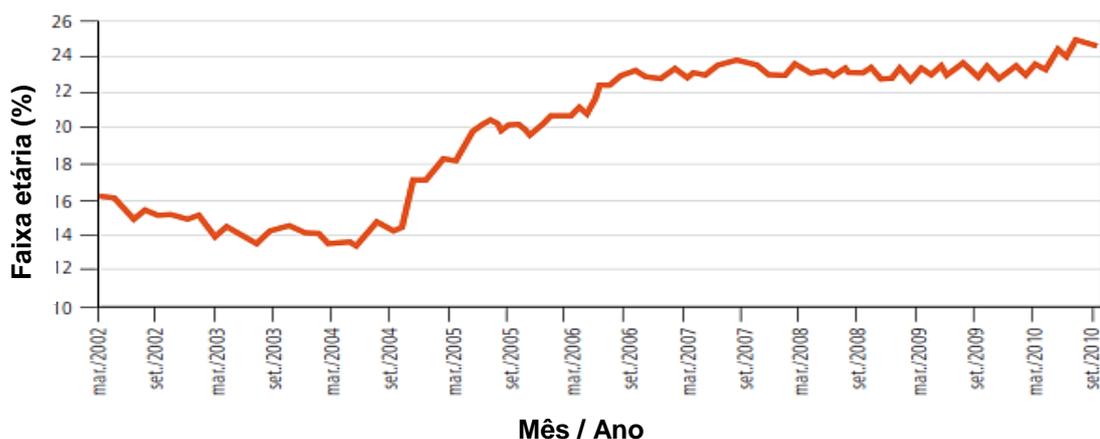
De acordo com Neri (2014), a existência de demanda para absorver um novo serviço ou produto de um negócio que se pretende lançar, corresponde a dois terços das respostas, quando se pergunta a este empreendedor qual o elemento mais relevante a ser considerado antes de realizar o investimento.

Verifica-se essa mesma proporção nas respostas de pesquisas direcionadas aos estudantes com idade compreendida entre 15 e 17 anos que deixaram os estudos. Quando indagados sobre as razões pelas quais procuraram a escola, obteve que 67% das situações se correlacionavam a questões de demanda, desinteresse ou falta de recursos e 10,9% afirmaram a ausência de escola, vagas ou outros fatores de problema de oferta.

Por estes fatores, evidencia-se a necessidade de considerar a importância da Educação Profissional ouvindo a demanda do binômio capital e trabalho, porque para Neri (2014, p. 22) a existência de um plano que reja a educação profissional é importante para a nação, mas deve estar associado às “aspirações dos trabalhadores e das empresas”, pois estes são fatores que compõem a demanda.

Nota-se a atenção e interesse crescentes das pessoas pelos cursos profissionalizantes. A Figura (1) demonstra essa evolução verificada nas seis maiores metrópoles do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre) entre os anos de mar/2002e set/2010.

Figura 1. Frequenta ou frequentou curso de qualificação profissional (10 anos ou mais), (NERI, 2014).



A partir dos 10 anos de idade as mensurações sistemáticas evidenciam incremento da procura pela qualificação profissional cada vez maior mantendo a tendência ascendente mesmo no ano de 2010. No mês de maio/2004, eram 13,44% da população acima de 10 anos, residentes nessas seis metrópoles, que frequentavam cursos profissionalizantes. No entanto, em setembro/2010 o percentual sobe para 24,56, o que equivale ao aumento de 83%.

Conforme Neri (2014) constata-se, de acordo com a Fig. (2), a relevância das faixas etárias localizadas no Ensino Médio na procura por formação profissionalizante.

Figura 2. Frequenta curso de qualificação profissional, por idade (2002-2010), (NERI, 2014).



Constata-se que dos 15 aos 20 anos, se concentra uma relevante quantidade de estudantes do Ensino Fundamental e até os 27 anos está à maior quantidade de frequência em curso de qualificação profissional.

Neste ponto, portanto, está uma grande pista para a formulação de políticas públicas de uma educação verdadeiramente empreendedora: deve-se dar atenção aos jovens com idade atendida no Ensino Fundamental que são os que mais desejam a formação profissionalizante sempre com atenção à demanda que o mercado aponta para dar sustentabilidade aos investimentos realizados.

A percepção geral é da necessidade de sempre qualificar os profissionais para exercerem no âmbito empresarial as habilidades de gestão ligadas aos processos de planejamento, da prática, de capacitar e treinar os colaboradores, bem como desenvolvimento e atualização dos gestores.

Essa tendência muito presente nas empresas vem sendo refletida com adaptações, ao ambiente educacional, dentro da proposta da Educação Empreendedora como forma de enfrentar as mutações do mercado de trabalho para antecipar ao educando as exigências feitas aos novos profissionais que o mercado precisa, pois o espaço das organizações, atualmente, requer agentes criativos, analíticos, solucionadores de conflitos e de problemas, resilientes às demandas, além de capacidade de atuar em equipe visando atender a inovações e flexibilidade de um mundo globalizado.

Da forma como foi apresentado neste esboço desalinhamento entre o portfólio dos cursos oferecidos e a exigência do mercado de trabalho se faz presente em relação à procura pelos mais jovens por formação profissional. E esta desintegração tem amplos reflexos que se difundem silenciosamente entre os diversos aspectos da vida dessas pessoas tornando-se menos capaz de resistir a interesses escusos tais como, o ingresso em atividade criminosa como vítima ou autoras de cometimentos de delitos.

Trata-se, portanto, de um ciclo socialmente estruturante no qual, fica expresso que, quanto mais o ambiente escolar for capaz de disseminar ensinamentos e estimular seus educandos, sobretudo os mais novos, para que estejam mais preparados para o mercado, menos risco há de eles ingressarem num processo criminoso ou outro tipo de perda juvenil. Esta é uma constatação inequívoca na medida em que, em regra, o período escolar é utilizado na vida dos jovens para o preparo individual e coletivo para que no futuro consigam responderem aos anseios pessoais e da sociedade onde estiverem inseridos.

De certa forma, o período de escolarização é um tempo usado para a própria sociedade invista na sua sobrevivência ao longo dos anos. Existe, então, um arremate conclusivo de que a Educação Empreendedora com seus conceitos e princípios mais peculiares possui intrínseca relação com a formação fundamental quando estes se tornam presentes no rol das habilidades dos educadores que buscam transferi-los a seus educandos.

3 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E COMPROMISSO SOCIAL

A expressão “Educação Empreendedora”, por si, reúne elementos que remetem a um conceito mais social. Ambas as palavras somente podem ser interpretadas se houver a lembrança do homem numa observação mais ampla. Aplicados na vida prática, estes termos impulsionam o ser ao convívio social, pois quem educa o faz em relação a si mesmo, num processo de autodisciplina, a partir da vivência da disciplina pessoal.

De outro lado, o verbo “empreender” ao ser conjugado satisfaz à lógica de criação a partir de uma ideia, ou seja, trata-se de uma revelação exterior daquele que empreende. Mas ao expor sua ideia essa já não terá a exclusividade interior e inevitavelmente acessará outras pessoas, sofrerá a ação de outros saberes gerados no interior de seus expectadores. Neste momento, ambas se tocam e uma auxilia a outra a existir, pois os novos seres que vierem terão que aprender as formas de lidar com os empreendimentos que conhecerem e, a saber, ensinar aqueles que eles próprios gerarão.

Faz-se útil a digressão teórica para realçar o quanto a Educação Empreendedora precisa e possui uma compreensão social, todo o tempo, para ter real sentido às pessoas e nesta lógica Dolabela explica que “não vê o empreendedorismo como um conceito econômico. Tem antes uma conotação social, cujo preceito ético é gerar utilidade para os outros. É este também o seu referencial ético⁵”.

Denota-se, com essa percepção, a necessidade de uma compreensão mais ética na compreensão da Educação Empreendedora para a aplicação de seu conceito já que busca aliar o esforço de formação à demanda de sobrevivência do indivíduo.

No Brasil, pelas características de grande desigualdade social e de vastas formas culturais, o compromisso social do conceito em estudo merece destaque natural conforme cita o mesmo autor “A educação empreendedora no Brasil difere daquela nos países desenvolvidos: aqui as variáveis que definem a nossa ética e a

⁵ Citação extraída de DOLABELA. Disponível em <https://fernandodolabela.wordpress.com/about>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

nossa estratégia educacional advêm de contingências não encontradas lá: a miséria e os mecanismos históricos de sua preservação⁶”.

A educação empreendedora se faz presente e essencial na formação e na aprendizagem como uma forma de criar inovações para contribuir com as mudanças sociais.

O empreendedor tem que ter sensibilidade principalmente porque trabalha também com o ser humano, ou seja, com um “produto” chamado gente, sendo as pessoas naturalmente diferentes entre si em vários aspectos e apresentando, por isso, preferências, reações e atitudes também diferenciadas, fator que requer a atenção dos empreendedores em geral. Dessa forma, como a sensibilidade e a interdisciplinaridade, a criatividade também pode ser “estudada”, aperfeiçoada e aumentada (ABRANTES, 2004, p.14).

Nos dias atuais, uma das estratégias de sobrevivência para pequenas e médias empresas é a rede de cooperação produtiva, pois garante competitividade e cria uma função organizacional de relacionamentos eficazes entre empresas e também instituições de ensino.

Partindo da premissa de que o empreendedorismo não é nem ciência e nem arte, mas sim uma prática, a rede de cooperação faz com que através das trocas, da confiança, da inovação, as pequenas e médias empresas se integrem criando uma informação interessante ou não do ponto de vista econômico (inovando em relação ao produto, ou ao território, ao processo de produção, ao mercado...) ou antecipam sobre esta informação (antes dos outros ou diferentemente dos outros).

Através da colaboração, tais empresas coordenam seus recursos econômicos para aplicarem, de modo prático e eficaz sobre um mercado, a informação que elas conhecem a fundo.

Baseadas no compromisso e na lealdade, as organizações quando trabalham em cooperação reduzem o risco de mercado apoiando-se mutuamente, contribuindo para a produção industrial e também para a geração de empregos elevando seus desempenhos econômicos, em parceria com instituições educacionais.

Enfatiza-se a promoção de estratégias empresariais conjuntas quanto à colaboração mútua entre empreendimentos e instituições e o fomento a uma maior integração entre as diversas esferas da sociedade quando desenvolvem ações em rede de cooperação. E é aí que se detecta Educação Empreendedora, que incentiva na busca do conhecimento, novas aprendizagens e espírito de coletividade. É um

⁶ Id.

fazer social e econômico também para a região, estado ou país onde se está inserido, uma vez que o ambiente e a prática da aprendizagem cooperativa envolvem as pessoas da comunidade.

Cita-se a Faculdade Sul Mineira – FASULMG (São Lourenço-MG) como um exemplo de experiência empreendedora, que inovou com a criação de cursos de qualificação profissional de acordo com a demanda regional, onde as aulas práticas são inovadoras e levam os alunos a conhecer o ambiente profissional através de visitas técnicas e também do estágio supervisionado que é obrigatório para todos os cursos. Com essa iniciativa criam-se diversas oportunidades de emprego através de um banco de indicações e também parcerias com empresas locais e regionais, onde os alunos são indicados para o mercado de trabalho.

Também, os alunos da faculdade participam de projetos na área do empreendedorismo social⁷, em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, fazendo atendimentos na área da estética facial e corporal, farmácia (teste de glicemia e aferição de pressão arterial), saúde bucal (aplicação de flúor) e cabeleireiro (escova e cortes), onde se leva os atendimentos para a comunidade externa.

A par do relevante contexto da realidade brasileira a qual reforça a aplicabilidade da Educação Empreendedora nos tempos atuais, exploram-se, também, os conhecimentos que devem orientar a docência no empreendedorismo.

4 PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E INTEGRADA

Para a aplicação da Educação Empreendedora também se leva em conta o docente e as habilidades que estimulam em seus educandos. Assim, esse educador precisa imergir as informações coletadas durante sua formação pedagógica e mesclá-las com os fatores que impulsionam a motivação dos empreendedores que geralmente desenvolvem certas habilidades bem marcantes e de pronto se evidencia na busca da constante atualização dos saberes.

⁷ I Seminário de Educação, Segurança e Cidadania. Disponível em <https://www.faculdadesulmineira.com.br/nossos-eventos>. Acesso em: 03 de out. 2020.

Para Lük (2003, p.8) “é interessante registrar que todas as características ressaltam a importância do aprendizado contínuo do empreendedor” que precisa “aprender a conhecer” no sentido da busca da aprendizagem continuada durante a vida; “aprender a viver com os outros” e gerando relações baseadas na empatia, desenvolver a compreensão do outro, na realização de planos comuns, fortalecendo laços para o enfrentamento de crises, robustecendo sua própria identidade, com favorecimento do respeito ao outro. Outro ponto é saber “aprender a fazer” numa acepção que implica alargar a capacidade de agir junto com o grupo do qual faz parte. Em relação a busca de “aprender a ser”, isto pretende levar a pessoa a um crescimento de si própria para poder operar com autonomia e avocando as responsabilidades pelo que faz.

Nesta contextualização a Educação Empreendedora segue alguns pressupostos apontados por Dolabela (2003) os quais são muito significativos podendo admiti-los como postulados pedagógicos que induzem as metodologias e os aspectos basilares em se tratando de sugestão educacional integrada. O Quadro (1) resume estes postulados para a Educação Empreendedora.

Quadro 1. Princípios da Educação Empreendedora

<ol style="list-style-type: none">1. Explicitar objetivamente uma intencionalidade.2. Adotar uma postura ética.3. Estar afinada com a agenda nacional de desenvolvimento.4. Qualquer metodologia de ensino de empreendedorismo deve apoiar-se nas raízes culturais da comunidade, do município, da região, do estado, do país.5. Ser formadora de capital social.6. Ser agente de mudança cultural.7. Considerar a comunidade como verdadeiro espaço de aprendizado.8. A Educação empreendedora não pode ser confinada por muros.9. Entender que empreender é gerar conhecimento.10. A metodologia deve possuir o próprio material de aprendizado.	<ol style="list-style-type: none">11. O professor deve privilegiar o autoaprendizado.12. A metodologia não pode ser rígida “manualizada”.13. Deve compartilhar baixíssimo custo com alta eficácia.14. Deve atingir (principalmente) as populações carentes.15. Não pretender “ajustar” pessoas num modelo ou conjunto de características.16. Utilizar um conceito amplo de empreendedorismo.17. A Educação Empreendedora deve eliminar a distância entre o sonho, emoção e trabalho.18. Apoiar-se em fundamentos de cooperação, rede e democracia.19. O estudo das oportunidades.
---	---

Fonte: Dolabela (2003).

Os princípios sugeridos por Dolabela (2003) são importantes para a organização das estratégias da docência quando se volta para a educação com objetivos empreendedores, trata-se, portanto, de referências que induzem a postura mental tanto para o docente quanto para o educando e funcionam como uma forma de apurar a qualidade dos processos pedagógicos aplicados e dos resultados esperados.

Na Pedagogia Empreendedora de Dolabela (2003), destaca-se a inovação, a busca de oportunidades e à formação de um cidadão atento às mudanças, envolvendo a sociedade. Tais características empreendedoras podem ser adquiridas e desenvolvidas através de um aprendizado especial. Para isso, o papel da escola é formar oferecendo múltiplas possibilidades ecléticas, por meio de caminhos personalizados, flexibilizando o tempo, as estratégias de formação e os currículos. Construindo, assim, uma sociedade democrática e integrada.

O desenvolvimento de competências profissionais através do currículo faz com que o aluno desenvolva habilidades empreendedoras reconhecendo oportunidades, e também identificando sua aplicabilidade estimulando a autonomia.

Trabalha-se a tecnologia de desenvolvimento local e sustentável visando à comunidade num todo com uma abordagem humanista de inclusão social, sendo os professores um dos principais agentes de mudança problematizando as relações do aluno com o mundo (DOLABELA, 2003).

Para o docente a eficácia de sua atuação faz-se numa sincronia com as do empreendedor, por isso além de aludir às aptidões técnicas e administrativas precisará aludir acerca das habilidades empreendedoras demonstradas no Quadro (2) e sua eficiência se tornará maior tanto quanto estas forem internalizadas pelo educador para melhor transmiti-las já que estas têm a ver com administração de transformações, inovação, autodomínio, liderança, saber correr riscos e prospecção do futuro.

Quadro 2. Habilidades Necessárias dos Empreendedores

Habilidades técnicas	Habilidades Administrativas	Habilidades Empreendedoras Pessoais
Redação	Planejamento e estabelecimento de metas	Controle interno e de disciplina
Expressão oral	Capacidade de tomar decisões	Capacidade de correr riscos
Monitoramento do ambiente	Relações humanas	Inovação

Administração comercial técnica	Marketing	Orientação para mudanças
Tecnologia	Finanças	Persistência
Interpessoal	Contabilidade	Liderança visionária
Capacidade de ouvir	Administração	Habilidade para administrar mudanças
Capacidade de organizar	Controle	
Construção de rede de relacionamento	Negociação	
Estilo administrativo	Lançamento de empreendimentos	
Treinamento	Administração do crescimento	
Capacidade de trabalho em equipe		

Fonte: Hisrich e Peter (2004, p. 39).

E quando se fala em prática docente remete-se a Paulo Freire, que preconiza a educação como forma de política cultural alicerçando-se na teoria e na prática. Freire é da linha da teoria crítica do currículo partindo da Escola de Frankfurt, que visa à transformação social e emancipação através da problematização das desigualdades sociais, das diversas formas de resistência e das variadas associações de cultura.

Na Pedagogia do Oprimido, Freire (2011) combate a pedagogia tradicional na defesa da educação transformadora, que desenvolve o pensamento crítico e a intervenção da realidade através do diálogo, onde o professor mobiliza conhecimentos e desejos que podem levar os alunos a mudanças significativas em relação à opressão, colaborando para o processo de transformação e integração.

Na obra Pedagogia da Autonomia, Freire (1996) destaca a dialética na relação professor/aluno através do diálogo, da criticidade e construção conjunta, desenvolvendo a interdisciplinaridade e considerando a 'bagagem cultural' do aluno. E partindo desta premissa, o professor aguça o pensamento crítico dando ao aluno autonomia de pensamento.

Enfim, tanto a Pedagogia de Paulo Freire quanto a Pedagogia Empreendedora de Dolabela propõem uma prática educativa para resolver os problemas educativos da sociedade brasileira, transformando a realidade. Suas ideias buscam a emancipação social do cidadão crítico, criativo e participativo, respeitando a diversidade cultural.

Realizada a exploração das informações acerca da Educação Empreendedora, delimitadas nesta investigação, apresentam-se resultados, análise e discussão dos dados, bem como a conclusão ensejada pelo conteúdo estudado.

5 RESULTADOS

Os resultados decorrentes da análise desta pesquisa, tem essencial importância para se compreender e para entender fatores como o denominado por Tillmann e Comin (2016, p. 51) ao referir-se à “geração nem-nem, isto é, dos jovens que não estudam e não trabalham” pormenorizando que este comportamento tem sido captado pela investigação intelectual dos estudiosos de fenômenos que atinge a população brasileira (Coles et al., 2010) o qual geram reflexos significativos.

Entre essas consequências, estão a maior probabilidade de se tornarem desempregados, de usarem drogas e álcool, de possuírem saúde precária, de engravidarem na adolescência e de se envolverem no crime. Além disso, os jovens nessa categoria são oriundos de famílias mais humildes e estão ligados às más experiências durante o período de educação, tais como, dificuldades de aprendizado e falta de motivação.

Ressalta-se que vem crescendo a dificuldade que a juventude brasileira tem de encontrar emprego e simplesmente aceitam passivamente a inatividade que é causada por uma maior demora pela passagem do período escolar para o trabalho por conta de um maior tempo decorrido entre essas fases, isto devido às novas dinâmicas que permeiam o mercado, com maior exigência de pessoas mais qualificadas para o preenchimento de vagas de trabalho, outras formas menos rígidas de serviço e até a implantação de políticas sociais tem um efeito sobre essa demora na mudança para a fase adulta.

Desta maneira, capta-se desta pesquisa a impressão de que existe relevância na relação entre a demanda do mercado e a formação final que a escola oferece a seus educandos, que traz em si reflexos reais sobre outros aspectos da vivência da sociedade.

Constata-se, também, que as habilidades dos docentes para a aplicação em sala de aula são relevantes para a geração de resultados tanto correlatos ao

engajamento dos alunos nos cursos como na adequação à proposta de uma educação mais voltada para o empreendedorismo.

A aplicação de práticas pedagógicas aprimoradas tem lugar especial na educação empreendedora e criam um ambiente escolar propício para vivência dos aprenderes já mencionado por Lük (2003) e que sustentarão o modo de agir do educando não somente em relação às questões da profissão que aprende em sala de aula, mas contribuirão sobremaneira no processo de transição para a adolescência.

O estudo complementa ainda a percepção de que a internalização dos princípios empreendedores se constitui a partir da construção de uma sociedade mais preparada para os desafios da vida, porque entrega estratégias que ajudarão as pessoas a se tornarem referência positiva para outros indivíduos do grupo no qual se inserem e isto cria um processo de sustentação de seus valores.

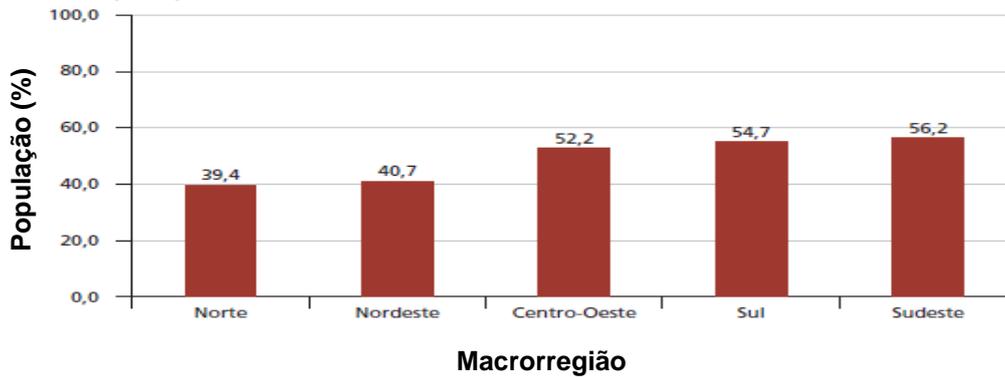
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar as informações deste estudo torna-se mais pronunciada a perspectiva apontada no estudo de Corbucci (2016) no qual destaca a consequente dificuldade dos jovens brasileiros para acessar o ensino superior a partir da exigência de certificação de conclusão do Ensino Médio.

Assim por esse requisito, como apontou o Censo Demográfico de 2010, apenas uma parte maior que a metade dos jovens localizada na faixa entre os 18 a 29 anos de idade concluiu o ensino médio (IBGE, 2010). À época, uma população jovem avaliada em aproximadamente 20,6 milhões de pessoas, não estava apta para a Educação Superior devido a não conclusão do Ensino Médio.

De acordo com os dados do censo têm-se mais claramente apontadas as desigualdades que culminaram neste resultado, respaldando o apurado neste estudo, pois quando o autor comparou, a título de exemplificação, cinco macrorregiões do país, constatou-se inicialmente duas situações: baixa taxa de conclusão do ensino médio e as variações entre a regiões brasileiras, conforme se vê na Fig. (3).

Figura 3. Proporção da População de 18 a 29 anos com ensino médio completo por macrorregião, (IBGE, 2010).



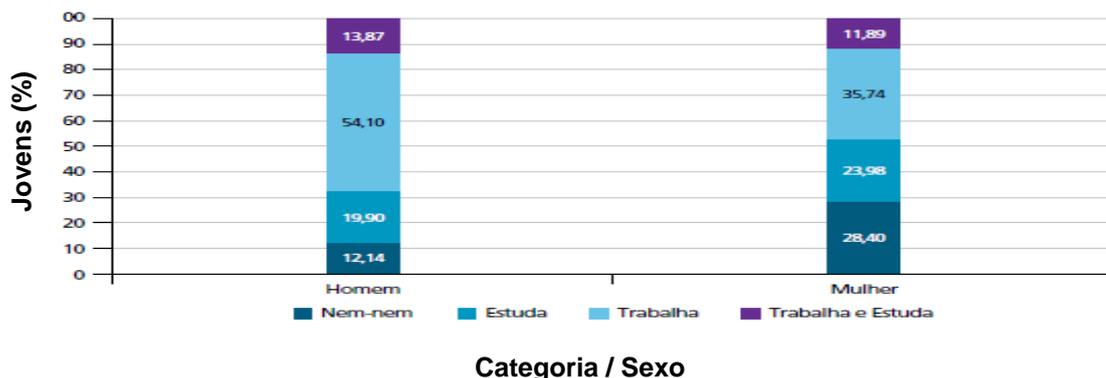
Revela-se que está no Sudeste uma situação mais favorável em relação às demais, reunindo 7,3 milhões de pessoas jovens sem o Ensino Médio enquanto que no Norte e Nordeste, sequer a metade desta população concluiu a Educação Básica.

Constata-se o apontado neste estudo acerca da relevância de aspectos que possam incrementar o interesse dos educandos, que tem reflexo também junto do docente por meio de um salutar contágio intelectual, por assim dizer, o que agrega vantagem para todos os envolvidos no processo formativo.

Outro aspecto de extrema relevância, além da compatibilização entre as demandas de mercado com a formação profissionalizante oferecida na escola, está afeto ao perfil do jovem brasileiro que, segundo a Pesquisa Nacional de amostra em Domicílio – Pnad (IBGE, 2011), tem 49,1 milhões, com idade entre 15 e 29 anos, representando 25% da população total.

A Figura (4) elaborada na pesquisa de Tillmann e Comim (2016) distribui a participação dos jovens entre “quatro categorias: categorias que indicam a decisão entre frequentar a escola e ingressar no mercado de trabalho, separada por sexo”.

Figura 4. Brasil: distribuição dos jovens de acordo com a categoria e o sexo (2011), (TILLMANN & COMIM, 2016).



Pode-se depreender da análise da Fig. (4) que na quantidade daqueles localizados na categoria “Trabalha” é predominante os homens em comparação com as mulheres, com 54,10% e 35,74%, respectivamente. Aqueles localizados na categoria “Nem-nem” os homens possuem a menor representatividade, com 12,14%, e as mulheres, com 28,40%. Tais aspectos “realçam a maior propensão dos jovens do sexo masculino em trabalhar, uma questão importante para a desigualdade de gênero”.

Com essas constatações apontam-se dados estatísticos importantes e que avigoram a necessidade do docente em desenvolver habilidades preponderantes para melhor diagnosticar o ambiente em que encontrará seus discentes para atuar com a empatia necessária para interagir e ensinar, já que até em face do sexo dos indivíduos surgem diferença no grau de permanência destes na escola.

De outro lado, aos gestores e planejadores dos cursos oferecidos cabem estar atentos à não somente estas diferenças, mas também às relacionadas ao que mais motivará professores e alunos para maior significação dos esforços na Educação até para a sustentabilidade da escola.

Toda atenção dada aos aspectos enumerados na pesquisa refletirá no aumento e na capacidade da escola como empreendimento para tornar-se mais ainda relevante para toda a sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo dirigimos um olhar para os contextos atuais que sugerem alteração de formas, compreensões e interesses da Educação, para tornar mais atraente e eficaz o processo de escolarização das pessoas. Neste sentido identificamos o aumento do interesse da população brasileira por formação profissional sendo as pessoas com idade localizada na faixa etária prevista para cursarem o Ensino Fundamental os mais ávidos por se dedicarem a esta dinâmica.

Evidenciamos que os conhecimentos que levam a uma resposta às demandas do mercado, favorecem à empregabilidade dos educandos o que reflete positivamente para o aumento da motivação e o interesse pelos cursos

profissionalizantes dando maior significado para os esforços da escola, do mercado, professor e aluno.

No entanto, a aplicação de conteúdo na Educação Empreendedora requer habilidades diferenciadas da docência que se inicia pela exigência de uma absorção interior dos valores e conceitos correlacionados ao empreendedorismo para facilitar a emissão dos conteúdos convincentemente.

As habilidades empreendedoras são aplicáveis em diversas áreas da atividade humana e tornam as pessoas protagonistas de si mesmas e a partir de uma vivência aprimorada pelos pressupostos da Educação Empreendedora surgem profissionais realmente vocacionados no que fazem.

Revelamos, através desta pesquisa, a importância da disposição para aprender consigo mesmo, com os outros, para os outros, num processo de elaboração prospectiva para enfrentamento de situações futuras dando real sentido para a Educação, pois durante a fase da escolarização, sempre surgem questionamentos do tipo: “Para serve isto que estou estudando?”

Estudando desta maneira, os mais jovens, que também são os mais questionadores e os que mais evadem da escola, certamente passarão a encontrar um sentido mais palpável para permanecer no processo de formação e a notar o valor do trabalho em equipe integrada por outros bons profissionais que juntos vão se aprimorando, o que lhes prepara para o enfrentamento de um mercado sempre exigente.

Por fim, surge da aplicação deste modelo de Educação os melhores reflexos, transcendentais aos próprios educandos e seus docentes que é o benefício social que atinge uma coletividade, gerando pessoas mais felizes, conhecedoras, solidárias e cidadãs.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

BARRETO, L. P. Educação para o empreendedorismo. **Educação Brasileira**. v. nº 41, pp.189-197, 1998.

BRASIL. **Lei 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

ClAVATTA, M. **A formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**”. Disponível em:
<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN3%20ClAVATTA,%20M..pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2020.

COLES, B. et al. Literature Review of the Costs of being Not in Education, Employment or Training at Age 16-18. **Research Report**, Department for Education and Skills, n. 347, 2010.

CORBUCCI, P. R. Desigualdades no acesso dos jovens brasileiros à educação superior, In: Silva, E. R. A.; Botelho, R. U., **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**, Brasília: Ipea, pp. 153-176, 2016.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora da Cultura, 2003.

DOLABELA, F. **O segredo de Luíza**. São Paulo, Editora de Cultura, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. [Apostila]

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HISRICH, R. D.; PETER, M. P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010** – microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio** – Pnad. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LOPES, R. M. A.; TEIXEIRA, M. A. A educação empreendedora no ensino fundamental. In: Lopes, R. M. A. (Org.) **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LÜK, G. **Desenvolvimento de mentes empreendedoras**. Uma experiência de sucesso. Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.profissaomestre.com.br/smu/smu_vmat.php?s=501&vm_idmat=297> Acesso em 22 ago. 2020.

NERI, M. O retorno da educação profissional, In: Bonelli, R. (Org.). **Agenda de competitividade do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

TILLMANN, E.; COMIM, F. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem, In: Silva, E. R. A.; Botelho, R. U., **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**, Brasília: Ipea, pp. 47-78, 2016.